

Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora

ROBERTO BORGES MARTINS*

O papel de Minas Gerais no tráfico de escravos no século dezenove ainda não foi estudado de forma satisfatória. Apesar disso encontra-se freqüentemente na literatura a afirmação de que a província foi importante fornecedor de mão-de-obra cativa no período, ou seja, um exportador líquido de escravos para as regiões vizinhas. O argumento comumente encontrado é o de que a decadência da mineração legara um grande estoque de escravos ociosos ou subutilizados, que serviu de base ao desenvolvimento dos setores cafeeiros do Rio de Janeiro, de São Paulo e da própria Minas, tanto na sua fase de implantação quanto na sua expansão posterior. Celso Furtado, por exemplo, afirmou que:

"(...) existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira (. . .) Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do

* O autor pertence ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da UFMG.

estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços."(1)

Referindo-se a um período posterior, Richard Morse observou que "à medida que o centro econômico de gravidade do Brasil se deslocava para o sul, em direção às áreas cafeeiras paulistas, milhares de escravos eram transferidos, a preços exorbitantes, de Minas Gerais e do Norte."⁽²⁾

Vários autores afirmam que o mesmo ocorria dentro de Minas Gerais. Emília Vioti da Costa escreveu que a mineração tinha resultado numa grande concentração de escravos em Minas e que, ao iniciar-se o sé-

(1) FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1967. p. 122-23.

(2) MORSE, Richard M. *From community to metropolis: A biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville, University of Florida Press, 1958.

culo passado, havia abundância de trabalho na região. O desenvolvimento da lavoura cafeeira desencadeou a migração interna. Os senhores de escravos moveram-se primeiro para a zona cafeeira fluminense e mais tarde para São Paulo. Ao mesmo tempo, a Mata mineira era colonizada por migrantes da antiga região mineradora. Mais adiante a autora afirma que "(...) o êxodo dos negros em direção às áreas cafeeiras (...)" estava esvaziando a força de trabalho de outras áreas da província⁽³⁾.

Estudando o tráfico interno de escravos no Brasil no século dezenove, Herbert Klein concluiu que em Minas Gerais o setor cafeeiro "(...) parece ter sido capaz de satisfazer suas necessidades de mão-de-obra através do crescimento interno e da redistribuição da força de trabalho escrava dentro dos vastos limites da província."⁽⁴⁾ Francisco Iglésias e outros autores mineiros também afirmam que o trabalho empregado na lavoura cafeeira da Mata e do sul de Minas teve sua origem na mineração decadente⁽⁵⁾, e o historiador da agricultura Luís Amaral descreveu essa migração num tom lírico que

lembra os apologistas contemporâneos da "instituição peculiar": "O ouro verde dos cafezais iria substituir o ouro fulvo das minerações. Em vez de estiolar-se dentro de escuras e úmidas e podres galerias subterrâneas, os escravos iriam cantar por entre aléias de cafezais ensolarados e álacres e salubres."⁽⁶⁾ Ainda nessa linha, Robert Slenes anotou que em Minas, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos 1870 e 1880, os municípios onde imperava a *plantation* eram importadores líquidos de escravos, enquanto aqueles em que não predominava a grande lavoura "tenderam a ser perdedores líquidos de cativos."⁽⁷⁾

Robert Conrad mostrou que a concentração dos escravos nas províncias cafeeiras criou uma profunda clivagem regional no até então monolítico apoio à escravidão. Diferentes graus de compromisso com o sistema escravista podiam ser observados não apenas entre as províncias não-cafeeiras e cafeeiras, mas, também, dentro das últimas: aqui também a escravidão era mais forte nos distritos cafeeiros e estava perdendo suporte rapidamente nas demais áreas.

(3) COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. p. 60-1. Na página 132, esta autora afirma que, na década de 1870, Minas forneceu grande número de escravos ao setor cafeeiro paulista.

(4) KLEIN, Herbert. The internal trade in nineteenth-century Brazil. In: *The middle passage: comparative studies in the Atlantic slave trade*. Princeton, Princeton University Press, 1978. p. 111-13.

(5) IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958. p. 130-131. Veja, também, MONTEIRO, Norma de Goes. *Imigração e colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973. p. 16; LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920*. Tese de Mestrado, Universidade de Campinas, 1977. p. 2, 12; VIEIRA, Evantina Pereira. *Economia Cafeeira e processo político: transformações na população eleitoral da Zona da Mata mineira (1850-1889)*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1978. p. 56.

"Isto era particularmente verdadeiro na vasta e populosa Minas Gerais, que continha uma pequena zona cafeeira pró-escravidão, fronteira a áreas semelhantes do Rio de Janeiro e São Paulo, onde uma grande parte da população escrava da província estava concentrada. Mais para o interior, entretanto, jaziam regiões mais pobres, de mineração e pecuária, que, como o Nordeste, tinham perdido escravos para a zona cafeeira e continuaram a fazê-lo em larga escala durante os últimos anos da escravidão. Dentro de Minas Gerais, portanto, o interesse no sistema servil variava tanto quanto no império como um todo — os distritos cafeeiros defendiam o sis-

(6) AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Editora Nacional, 1938. 3 v., p. 231. (2.a ed). — 1940.

(7) SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888*. Tese de Doutorado, Stanford University, 1975. p. 208.

tema e as áreas não-cafeeiras, maiores porém mais pobres, mostravam-se menos preocupadas com sua sobrevivência ou estavam até ansiosas para ver seu fim.”⁽⁸⁾

Logo, a província mineira, ou pelo menos a parte não-cafeeira dela (que constituía 96% de seu território no final do império), tem sido sistematicamente apresentada na literatura num papel muito semelhante àquele dos chamados “breeding states” do Sul dos Estados Unidos: uma economia estagnada, onde a escravidão tinha deixado de ser lucrativa, e que exportava os seus redundantes escravos para as áreas mais dinâmicas, onde predominava a grande lavoura exportadora.

Já mostramos em trabalho anterior que a hipótese de uma transferência significativa de escravos da mineração para a lavoura cafeeira pode ser completamente descartada. Desde o início do século dezenove, várias décadas antes do setor cafeeiro assumir qualquer dimensão considerável, o contingente de escravos empregado na mineração já era irrisório. Nos últimos anos do período colonial esse número não seria superior a dez mil (cerca de 5,5% da população servil de Minas). Nas décadas seguintes, a despeito da instalação das companhias estrangeiras — que eram empregadoras de mão-de-obra cativa — o número diminuiu bastante, situando-se entre 2.000 e 2.500 indivíduos na mineração de ouro, entre 1850 e 1860. O censo do império revelou que no máximo 1.625 escravos eram empregados em todos os tipos de mineração em 1873, constituindo 0,44% da população escrava da província. No setor aurífero, apenas 972 escravos foram registrados no ano fiscal de 1872-73 (0,25% da população escrava), caindo para 420 em 1885-86 (0,15%) e para apenas 30 em 1888.

O setor cafeeiro, por seu lado, só veio a empregar mais de mil escravos na década

de 1830. Na metade do século essa lavoura ocupava cerca de cinco mil cativos (cerca de 1,8% da população servil). Com o rápido crescimento do setor, esse número aumentou também rapidamente, sem contudo ultrapassar a cifra de 30 a 35 mil indivíduos no seu ponto máximo, nos últimos anos do regime escravista (entre 10 e 15% da população escrava).⁽⁹⁾

Torna-se claro, portanto, que a idéia de que a história da escravidão na Minas oitocentista possa ser sintetizada como uma passagem da mineração ao café é francamente absurda. Na verdade, a esmagadora maioria dos escravos mineiros nunca esteve numa mina ou numa fazenda de café; no ano do censo imperial, por exemplo, nossas estimativas mostram que mais de 95% da população servil da província não estava empregada nessas duas atividades. Esse contingente, de cerca de 360 mil indivíduos, era maior que a população escrava total de qualquer outra província brasileira, incluindo as grandes províncias cafeeiras.

Neste trabalho examinaremos a participação de Minas nos tráficos de escravos internacional e interprovincial no século dezenove, bem como a distribuição da população servil dentro do território da província, à luz das teses expostas acima, a saber: *a.* de que Minas foi um grande exportador de escravos no período; *b.* de que esses escravos serviram de base à decolagem do setor cafeeiro; e *c.* de que as áreas não-cafeeiras da província foram esvaziadas de sua força de trabalho servil pela drenagem das zonas de grande lavoura.

A Primeira Metade do Século XIX

Um extenso levantamento da literatura contemporânea e de documentos oficiais da época não produziu, nesse período, uma úni-

(8) CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888*. Berkeley, University of California Press, 1972. p. 127-28.

(9) Para uma descrição detalhada dessas estimativas, das fontes dos dados e da metodologia utilizada, bem como uma avaliação crítica de sua confiabilidade, veja MARTINS. *Growing in silence...*, *op cit.*, capítulos 2 e 3.

ca alusão à exportação de escravos ou à existência de trabalho servil redundante em Minas. O contrário — queixas sobre o alto preço dos escravos e sua escassez e referências à importação de cativos — foi frequentemente encontrado.

O naturalista Freireyss anotou, em 1815, que a agricultura de Minas padecia de falta de braços e que entre 1803 e 1815 a capitania importava mais de 4 mil escravos por ano⁽¹⁰⁾.

Spix e Martius observaram que os escravos eram um dos principais artigos importados por Minas do Rio de Janeiro. Essa informação é confirmada por Eschwege: dados incompletos para o período de julho de 1818 a junho de 1819 mostram que foram importados 1.963 escravos "novos", ou seja, africanos, a maior parte através do Rio⁽¹¹⁾. Saint-Hilaire provavelmente conheceu Minas melhor do que qualquer outro viajante e a maioria dos nativos. Em seus vários livros sobre a capitania ele nunca mencionou qualquer *surplus* de escravos, referindo-se várias vezes, entretanto, à escassez de mão-de-obra. Em sua primeira viagem a Minas, encontrou um grupo de africanos recém-chegados sendo conduzidos do Rio para o interior. No distrito diamantino observou que "(...) pa-

ra um grande número de habitantes do Tijuco a compra de escravos é um meio fácil de empregar seu capital."⁽¹²⁾

Johann Emmanuel Pohl, que visitou Minas duas vezes entre 1818 e 1821, também lista os escravos entre as importações mineiras. Em Barbacena e São José del Rei ouviu queixas sobre a escassez de mão-de-obra e anotou que a falta de braços escravos impedia a expansão da agricultura e prejudicava a mineração. Na estrada, encontrou um grupo de trinta jovens africanos, comprados no Rio, a caminho de Minas⁽¹³⁾.

Nos anos 20, Debret observou que a depreciação do papel moeda tornara os escravos mais caros para os residentes no Rio, mas que os paulistas e mineiros, que pagavam em moeda metálica, continuavam a comprá-los. No seu famoso desenho do mercado negreiro do Valongo, no Rio, o comprador que conversa com o negociante de escravos é, significativamente, um mineiro⁽¹⁴⁾.

Mesmo depois da lei de 7 de novembro de 1831, os africanos continuaram vindo em grande número. Em 1835, em um artigo em *O Universal* de Ouro Preto, o autor denunciava que o tráfico continuava a todo pano e que se podia ver a todo momento "(...) grandes comboios dessa gente infeliz (...) sendo conduzidos para Minas Gerais⁽¹⁵⁾. Cunha Matos afirmava, em 1837, que a balança do comércio de Minas com as cidades litorâneas era desfavorável à primeira devido às importações de escravos e que "(...)

(10) FREIREYSS, G.W. Viagem ao Interior do Brasil nos annos de 1814-1815. Trad. Alberto Lofgren. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, (11): 216, 1906.

(11) SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von *Viagens pelo Brasil*. Trad. Lúcia Furquim Lahemeyer. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. v. (v. 1. p. 208-209, 312; v. 2: p. 241-42); e ESCHWEGE, W.L. von. Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 4: 747, 1899.

(12) SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo, Editora Nacional, 1938, 2v. (v. 1: p. 171); e *Viagens pelo distrito de diamantes e litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azevedo Pena. São Paulo, Editora Nacional, 1941. p. 48-49.

(13) POHL, Joahann Emmanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951. 2 v. (v. 1: p. 197, 204-205; v. 2: p. 441).

(14) DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo, Livraria Martins, 1940, 2 v. (v. 1: p. 189 e prancha 23).

(15) *O Universal* (Ouro Preto), 10 de abril de 1835, citado por SENA, Marina de Avelar, *Compra e venda de escravos (em Minas Gerais)*. Belo Horizonte, Edição do Autor, 1977. p. 109.

se não entrassem anualmente para as Minas muitos milhares de africanos a surtir o lugar daqueles que sucumbem ao peso dos trabalhos (. .) a província de Minas estaria unicamente ocupada pela raça branca.”⁽¹⁶⁾ No início dos anos 40, Suzannet informava que escravo africanos estavam sendo introduzidos, através da Bahia, nas áreas diamantinas de Minas⁽¹⁷⁾.

Toda a evidência disponível indica que, pelo menos enquanto o tráfico africano permaneceu aberto, os escravos eram mais caros em Minas do que no Rio de Janeiro. Freyreys observou que os crioulos custavam, em geral, mais que os africanos. Fontes mineiras contemporâneas afirmam que, em 1810, não se podia comprar um escravo por menos de 240 a 280 mil-réis, enquanto uma amostra de vendas de cativos no Rio de Janeiro, entre 1807 e 1812, fornece os preços médios de 145 mil-réis para os homens e de 123 mil-réis para as mulheres⁽¹⁸⁾. A Saint John del Rey Mining Company se dirigia sistematicamente ao mercado do Rio para suas maiores compras de escravos, na década de 1830 e no início da década de 1840. E tinha boas razões para fazê-lo: em 1835, a empresa comprou um lote de 42 cativos no Rio a 500 mil-réis cada, enquanto 17 outros comprados na vizinhança de Morro

Velho custaram em média 574 mil-réis. Noventa escravos adquiridos no Rio em 1839 custaram 478 mil-réis em média, ao passo que o preço de 36 cativos comprados na própria região da mina custaram 600 mil-réis por cabeça em 1841⁽¹⁹⁾.

Essas diferenças de preço podem ter sido devidas, em parte, ao fato de que os escravos do Rio eram provavelmente boçais, mas há indícios de que os ladinos também obtinham preços mais altos em Minas, como exemplifica o anúncio abaixo, estampado em 1831 no *Universal* de Ouro Preto:

“Antonio Pereira Cardoso, novamente chegado do Rio de Janeiro, traz uma não pequena porção de negros, ladinos (. .) O anunciante os pretende vender em leilão (. . .) na Praça da Alegria, esquina da Ladeira de Simão da Rocha, nesta cidade.”⁽²⁰⁾

Tais peças de evidência direta, mesmo sendo fragmentárias, deixam pouca dúvida a respeito do sentido do fluxo de tráfico. Os escravos estavam sendo mandados do Rio de Janeiro (ou melhor, da África via Rio de Janeiro) para Minas Gerais, e não na direção oposta. Durante a primeira metade do século dezenove, o Brasil importou mais escravos africanos do que em qualquer outro período de sua História. As melhores estimativas disponíveis indicam que pelo menos 1,5 milhão de africanos entrou no País entre 1801 e 1851⁽²¹⁾. A grande maioria des-

(16) MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte, Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1981. v. 2 p. 67, 82.

(17) CONDE DE SUZANNET. *O Brasil em 1845*. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1947. p. 145, 162.

(18) FREIREYSS. *Viagem... op. cit.*, p. 222; *Viçissitudes da Indústria Mineira (1810)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 3: 80, 1898. Os preços de escravos no Rio de Janeiro são de KARASCH, Mary Catharine. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 1972. p. 525-27. No cálculo da média do preço dos homens foi excluído um escravo, vendido em 1807 por 12.800 réis, porque esse preço parece anormalmente baixo.

(19) Esses dados são de documentos não publicados da Saint John del Rey Mining Co., pesquisados por Douglas Cole Libby.

(20) *O Universal* (Ouro Preto), 23 de setembro de 1831, citado por SENA, *Compra e Venda de Escravos*, p. 5.

(21) KLEIN, The trade in African slaves to Rio de Janeiro. In: *The middle passage*, p. 55; CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade a census*. Madison, University of Wisconsin Press, 1969, p. 234; ELTIS, David. *The direction and fluctuation of the transatlantic slave trade, 1821-1843 = A Revision of the 1845 parliamentary paper*. ...

ses escravos se dirigiu à região centro-sul. Os registros do British Foreign Office, analisados por Curtin, mostram que, no período 1817-1843, das cargas humanas cujos portos de destino eram conhecidos, 76,9% desembarcaram no Rio de Janeiro e 7,1% foram para portos localizados no litoral paulista. Nos anos finais do tráfico, a percentagem do Rio de Janeiro aparentemente cresceu.

Isso significa que um número bem superior a um milhão de africanos entrou nos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo na primeira metade do século⁽²²⁾. Essa, e não os supostamente "redundantes" escravos de Minas Gerais, foi a fonte de mão-de-obra para o período formativo do setor cafeeiro.

O tráfico oceânico de escravos e os primórdios da grande lavoura cafeeira são intimamente relacionados. Vários cafeicultores importantes, como Vergueiro, de São Paulo, eram ou tinham sido grandes traficantes, e pelo menos um — Souza Breves, do Rio de Janeiro — tinha suas próprias instalações portuárias e importava diretamente da África para suas grandes propriedades. Até mesmo em Minas podem ser encontrados

exemplos de fazendeiros que acumularam seu capital através do tráfico⁽²³⁾.

Alguns autores enfatizaram exageradamente a migração de algumas famílias das áreas mineradoras decadentes, no final do século dezoito e início do século seguinte, para zonas de fronteira no Vale do Paraíba fluminense, paulista e mineiro, onde se tornaram um dos núcleos da aristocracia cafeeira. Esse tem sido até hoje o único argumento usado para sustentar a tese da "origem mineira" da escravaria empregada na implantação da lavoura cafeeira.

Não há dúvida de que tal migração ocorreu e, muito provavelmente, as famílias migrantes levaram seus escravos consigo, mas nunca foi apresentada alguma evidência de transferências significativas de escravos. O volume dessas migrações nunca foi estimado e, em alguns casos, a própria origem "mineradora" das famílias migrantes não foi adequadamente estabelecida.

Em seu estudo sobre o município de Vassouras, Stanley Stein mostra muitas ligações entre os pioneiros do café e famílias abastadas de Minas, mas não menciona transferências de escravos de Minas. Na verdade, as relações familiares dos pioneiros representavam fontes de capital e de crédito, com as quais eles compravam escravos no mercado do Rio de Janeiro. Um fazendeiro, por exemplo, obteve um empréstimo de seus parentes mineiros "(...) para comprar doze escravos africanos recém-chegados". Os comissários do Rio de Janeiro "(...) enviavam provisões e créditos, e logicamente assumiram a função de fornecer escravos dos mercados costeiros para seus

In: GEMERY, H.A. & HOGENDORN, J.S. eds. *The uncommon market: essays in the economic history of the Atlantic slave trade*. New York, Academic Press, 1979. p. 289. KARASCH, *Slave life in Rio de Janeiro...* op. cit. p. 140-41. Essas fontes combinadas dão um total de 1.493.224 africanos no período 1801-1851, mas para os anos 1801-1810 e 1844-1851 incluem somente as importações via Rio.

(22) CURTIN. *The Atlantic slave trade*. p. 240. Essa estimativa é perfeitamente compatível com outra fonte: apenas as importações do Rio de Janeiro, nesse período, Karasch indica um mínimo de 895.949 escravos. A fonte usada pela autora para os anos 1817-43 foi corrigida recentemente, para cima, em 30%, por novas evidências apresentadas por Eltis. HARASCH. *Slave life...* op. cit., p. 105-106; ELTIS. *Direction and fluctuation...* op. cit., p. 289.

(23) DEAN, Warren. *Rio Claro. A Brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford, Stanford University Press, 1976. p. 48; TAUNAY, Affonso de. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Depto. Nacional do Café, 1939. 15 v. (v. 8: p. 267, 270); REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1944. p. 343.

clientes do interior.”⁽²⁴⁾ Outro estudo sobre o Vale do Paraíba descreve o surto cafeeiro como o resultado da convergência de dois fluxos migratórios:

“(...) os cafeeiros e os escravos vieram do litoral (Rio de Janeiro) para o interior, os empresários se moveram do interior para a costa, nativos que eram, em sua maioria, de Minas Gerais.”⁽²⁵⁾

A idéia de que Minas tenha sido um exportador de escravos na primeira metade do século é contestada, mais que por qualquer outra evidência, pelo vigoroso crescimento da população escrava da província. Em 1808, Minas tinha 148.772 escravos, contingente esse que cresceu para 168.543 em 1819, constituindo-se na maior população cativa do Brasil e representando 15,2% do total⁽²⁶⁾. Seu rápido crescimento entre 1819 e 1872 reforçou essa posição e a participação nessa última data passou a 24,7%. Nesse período, a população escrava de Minas cresceu a uma taxa cerca de duas vezes e meia maior que a média nacional e o seu aumento absoluto foi igualado apenas pelo do Rio de Janeiro. Na época do censo, Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias ao norte da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Paraná, somados.

A mera comparação das populações em dois pontos do tempo, claramente, não é suficiente para determinar as migrações que ocorreram no período. Porque não isola o efeito do crescimento natural (e, no caso de escravos, das manumissões) daquele causa-

do pela migração (pelo tráfico, no caso de populações cativas), essa comparação, na verdade, pode ser muito enganosa. Para evitar isso usamos um método análogo à “técnica dos sobreviventes” dos demógrafos e estimamos as transferências líquidas de escravos de Minas Gerais nos períodos 1808-1819 e 1819-1873⁽²⁷⁾. O método empregado depende criticamente da taxa de crescimento natural da população escrava, um parâmetro para o qual não temos informações diretas confiáveis nesse período. Por essa razão, computamos estimativas para um intervalo razoavelmente grande dessa taxa. Então, determinando através de evidência indireta o intervalo provável do parâmetro, poderemos balizar o volume verdadeiro do tráfico.

É claro que a quantidade de escravos importados é muito sensível à taxa de crescimento natural adotada, mas a *direção* do tráfico é absolutamente inequívoca. A província teria sido um considerável importador líquidos de escravos, mesmo com uma população estável ou naturalmente crescente. Invertendo as estimativas da tabela 2, podemos concluir que, mesmo se postularmos exportações de escravos extremamente baixas, as taxas implícitas de crescimento natural ainda seriam muito maiores do que aquelas observadas em qualquer sociedade escravista da América, com exceção dos Estados Unidos.

(24) STEIN, Stanley J. *Vassouras. A Brazilian coffee country, 1850-1900*. New York, Atheneum, 1970. p. 18, 73-75. Os grifos são meus.

(25) VALVERDE, Orlando. La Fazenda de café esclavista en el Brasil. *Cuadernos Geográficos*. Venezuela, Universidade de Los Andes, 3: 10, 1965.

(26) 1808: População da província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 4: 295, 1899. 1819. veja tabela 1. abaixo.

(27) O método não permite estimar os fluxos brutos de importações e exportações, mas apenas o saldo migratório líquido. Teria sido desejável ter um corte diferente nos dados, de modo a poder separar os efeitos do tráfico internacional, que permaneceu aberto até 1851, e do tráfico interprovincial, que ganhou importância a partir de então. Infelizmente, não há dados confiáveis para a população escrava de Minas no início da década de 1850. As estimativas resultam da solução para T da equação $P_t = P_0 S + (T - M) \sqrt{S}$, onde $S = (1 + r)^t$, P_t e P_0 , as populações escravas no fim e no início do período, respectivamente, r é a taxa anual

ESCRAVIDÃO EM MINAS GERAIS

TABELA 1

BRASIL: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR PROVÍNCIAS, 1819-1872

	Escravos em 1819	Escravos em 1872	Taxa de Crescimento (porcentagem/Ano)
Amazonas	6.040	979	- 3,37
Pará	33.000	27.458	- 0,34
Maranhão	133.334	75.272	- 1,07
Piauí	12.045	23.924	+ 1,30
Ceará	55.439	31.913	- 1,03
Rio Grande do Norte	9.109	13.020	+ 0,67
Paraíba	16.723	21.526	+ 0,47
Pernambuco	97.633	89.028	- 0,17
Alagoas	69.094	35.741	- 1,23
Sergipe	26.213	30.119	+ 0,26
Bahia	147.263	167.824	+ 0,24
Minas Gerais	168.543	381.893	+ 1,53
Espírito Santo	20.272	22.659	+ 0,21
Rio de Janeiro	91.070	306.425	+ 2,31
Corte	55.090	48.939	- 0,22
São Paulo	77.667	156.612	+ 1,28
Paraná	10.191	10.560	+ 0,06
Santa Catarina	9.172	14.984	+ 0,93
Rio Grande do Sul	28.253	69.685	+ 1,72
Goiás	26.800	10.652	- 1,73
Mato Grosso	14.180	6.667	- 1,41
BRASIL	1.107.389	1.546.880	+ 0,63

FONTES: 1819: Estimativas de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, reproduzidas por VIANNA F.J. Oliveira, *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil In: BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro; Typographia da Estatística, 1922-29. v. 1, p. 405.
1873: Dados corrigidos do censo de 1872, em MARCÍLIO, Maria Luiza, *Evolução da população brasileira através dos censos até 1872.* *Anais de História de Assis.* 6: 127, 1974.

TABELA 2

MINAS GERAIS: ESTIMATIVAS MÍNIMAS(*) DAS IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE ESCRAVOS, COM TAXAS HIPOTÉTICAS DE CRESCIMENTO NATURAL. 1808-1819 e 1819-1873

Taxa Anual de Crescimento Natural (Por 1000)	1808-1819		1819-1873	
	Importações Líquidas Totais	Média Anual	Importações Líquidas Totais	Média Anual
10	2.426	221	71.431	1.323
5	11.073	1.007	140.939	2.610
0	19.771	1.797	213.350	3.951
- 5	28.528	2.593	372.459	6.897
- 10	37.350	3.395	290.030	5.371
- 15	46.246	4.204	462.263	8.560
- 20	55.224	5.020	560.728	10.384

Nota: (*): As estimativas são mínimas porque as manumissões foram consideradas nulas.
Fonte dos dados originais: Nota 26 e tabela-1.

A população escrava dos Estados Unidos cresceu a uma taxa de 23,9 por mil por ano, entre 1820 e 1860, um período em que o tráfico internacional para aquele país já estava fechado e a taxa de manumissão era muito baixa⁽²⁸⁾. Em todas as outras sociedades escravistas da América, a população servil apresentou crescimento natural negativo. Nas Índias Ocidentais, a taxa natural de declínio (por mil por ano) variava entre 20 e 50 no século dezoito, segundo observadores contemporâneos⁽²⁹⁾. No século dezenove, essa taxa tendeu a diminuir em alguns lugares, mas, na esmagadora maioria dos casos, a transição para o crescimento positivo não se consumou sob o regime da escravidão⁽³⁰⁾.

Em Cuba, a taxa de declínio era estimada entre 30 e 50, por volta da metade do século dezenove⁽³¹⁾. Na Martinica, a taxa observada entre 1835 e 1848 foi de 11,1. As matrículas de escravos da Jamaica mostram ta-

xas de declínio variando entre 0,7 e 4,8 entre 1817 e 1832. É preciso notar, nesse caso, que, no início do período, o tráfico para a ilha já tinha cessado havia dez anos, e todos os africanos existentes já tinham ultrapassado de muito o período de adaptação social e imunológica no qual se verificavam as taxas mais altas de morbidade e mortalidade. De acordo com uma autoridade no assunto, "(...) mesmo quando não se tem uma taxa solidamente estabelecida, o fato do declínio natural está confirmado também para as outras ilhas do Caribe."⁽³²⁾ A situação era semelhante no continente. No Suriname e na Guiana Inglesa, as taxas naturais de declínio foram de 13,2 entre 1830 e 1863, e de 11 por mil por ano entre 1817 e 1829, respectivamente⁽³³⁾.

A experiência brasileira não foi diferente. Em 1819, havia 1.107.389 escravos no Brasil e, entre essa data e 1851, foram importados cerca de 1.192.642 africanos. Ainda assim, em 1872, a população servil atingia apenas o número de 1.546.880 escravos. Usando esses dados e duas hipóteses diferentes sobre a distribuição das importações no tempo, estimei a taxa de crescimento interno da população escrava do Brasil entre 1819 e 1872, obtendo -8,9 e -9,32 por mil por ano⁽³⁴⁾. Es-

... de crescimento natural, t a duração do período, e M o número de manumissões no período. Essa estimativa assenta-se na hipótese de que todo o tráfico ocorreu no ponto médio do período em questão. Estimativas baseadas na hipótese de que o tráfico ocorreu uniformemente, ao longo do período, apresentam diferenças desprezíveis das apresentadas acima. A metodologia é discutida em detalhe em MARTIN, *Growing in silence...*, *op. cit.*, apêndice B.

(28) Computada a partir dos dados censitários reproduzidos por GOLDIN, Cláudia. *Urban slavery in the American South, 1820-1860. A quantitative history*. Chicago, University of Chicago Press, 1976. p. 67.

(29) CURTIN, Philip D. *Epidemiology and the slave trade*. *Political Science Quarterly*, 83: 214. June 1968.

(30) A única exceção é o caso de Barbados, cuja população servil atingiu o crescimento positivo pouco depois de 1808. Para uma discussão das peculiaridades desse caso, veja CURTIN, *Epidemiology...*, *op. cit.*, p. 215.

(31) KNIGHT, Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison, University of Wisconsin Press, 1970.

(32) COHEN, David W. & GREENE, Jack P. eds. *Neither slave nor free: the freedmen of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1972. p. 337; HIGMAN, B.W. *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976. p. 102; CURTIN. *Epidemiology...*, *op. cit.*, p. 124.

(33) COHEN & GREENE eds. *Neither slave...*, *op. cit.*, p. 336; CURTIN, *Epidemiology...*, *op. cit.* p. 216.

(34) A primeira hipótese, de que todas as importações ocorreram no ponto médio do período 1819-1851, gerou a taxa de -8,9. A segunda, e mais realista, foi de que as importações se distribuíram uniformemente nesse período e resultou na taxa de -9,32. Como a taxa de manumissão era baixa nesse período, a taxa de crescimento interno é muito próxima da taxa de crescimento natural. Veja MARTINS. *Growing in silence...*, *op. cit.*, p. 176-77.

ses resultados são inteiramente consistentes com os de Slenes, que, usando uma abordagem diferente, concluiu que a taxa de crescimento natural era negativa e que a taxa de crescimento interno estava no intervalo de 0 a -15 por mil por ano⁽³⁵⁾.

Não há qualquer razão para supor que a taxa de crescimento em Minas era maior do que em outras partes do Brasil. Na verdade, considerando que Minas importava mais africanos do que a maioria das outras províncias, sua taxa de crescimento era provavelmente menor que a média brasileira. A maior proporção de africanos, com sua fertilidade menor e mortalidade maior, certamente, deprimia a taxa de crescimento da população cativa da província⁽³⁶⁾.

É perfeitamente razoável, portanto, supor que a taxa de declínio natural da população escrava de Minas nas primeiras sete décadas do século dezenove se situava em torno de 10 por mil por ano, o que significa que a província importou cerca de 400 mil escravos, em termos líquidos, nesse período. Se, como provavelmente ocorreu, a grande maioria dessas importações teve lugar enquanto o tráfico internacional estava aberto, então Minas foi certamente o maior importador provincial de africanos no século dezenove, com uma fatia de cerca de 30% das importações totais brasileiras. Os dados disponí-

(35) SLENES. *The Demography...*, op. cit., p. 363-65.

(36) Eschwege estimou a taxa de declínio dos escravos mulatos em 22 por mil por ano, em torno de 1920, e a dos pretos em 39 por mil por ano, resultando numa taxa de declínio de 36,7 por mil por ano para o conjunto da população escrava da província. Herbert Klein, por outro lado, parece estar persuadido de que a população escrava de Minas tinha um crescimento natural positivo. Usando dados para um único ano (1814), ele concluiu que a taxa de crescimento natural era de 5 por mil por ano. Além do fato de que as mortes de escravos eram notoriamente sub-registradas, há outras razões para rejeitar a conclusão de Klein. MARTINS. *Growing in silence...*, op. cit., p. 177-78.

veis sobre a população escrava das outras províncias confirmam essa conclusão: sem uma grande participação de Minas Gerais, uma parcela considerável dos quase 1.200 mil escravos importados pelo Brasil não poderia ser "explicada"⁽³⁷⁾.

TABELA 3

ESTIMATIVAS MÍNIMAS DA TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE MINAS GERAIS, SOB NÍVEIS HIPOTÉTICOS DE EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE ESCRAVOS DA PROVÍNCIA, 1808-1819 e 1819-1873

Porcentagem da população escrava exportada anualmente em termos líquidos durante o período (q)	Taxa implícita de crescimento natural (por mil por ano)	
	1808-1819	1819-1873
	0,0	11
0,5	16	20
1,0	22	26
1,5	27	31
2,0	32	36

FONTE: idem tabela 2. A metodologia é uma variante daquela descrita na nota 27, onde o resultado líquido do tráfico entra como parâmetro e a equação é resolvida para r . A hipótese adotada é a de que $T_j = -q \cdot P_j$, isto é, as exportações líquidas em cada ano eram uma porcentagem constante da população daquele ano. Veja MARTINS. *Growing in silence*, p. 172-74 e apêndice B.

Do Fim do Tráfico Africano ao Censo do Império

O fim do tráfico internacional desencadeou transferências interprovinciais de escravos de proporções sem precedentes. Com o fechamento da fonte africana, as diferentes condições econômicas das diversas regiões do País necessariamente provocariam a realocação do estoque existente.

(37) Veja MARTINS. *Growing in silence...*, op. cit., p. 180.

A agricultura estava em franca expansão no Centro-Sul: os setores cafeeiros de Minas e do Oeste Paulista cresciam rapidamente e havia crescimento localizado mesmo no Vale do Paraíba. As regiões mais antigas estavam decadentes desde a metade do século, mas terras cafeeiras novas estavam sendo abertas na parte ocidental do Vale fluminense, em áreas fronteiriças a Minas e ao Espírito Santo. As condições eram diversas no Nordeste, onde a principal indústria exportadora — o açúcar — permanecia emaranhada numa crise crônica. Além disso — e mais importante que a crise do açúcar — as províncias nordestinas começaram, nessa época, a substituir os escravos por trabalhadores livres numa taxa relativamente rápida. Pelo meado do século, a maior parte das terras cultiváveis já tinha sido apropriada e já havia claros sinais de pressão populacional sobre os recursos naturais. A massa de camponeses sem terra tornou-se um reservatório de trabalho assalariado voluntário e barato, que permitiu aos senhores de terras se desvencilharem gradualmente de seus escravos, vendendo-os em quantidades crescentes aos vorazes mercados do Centro-Sul. Entretanto, até a década de 70, esse fluxo não parece ter sido, nem de longe, tão volumoso quanto se costumava acreditar⁽³⁸⁾

(38) Veja a esse respeito MARTINS, *Growing in silence...*, *op. cit.*, p. 182-84; SLENES, *The demography...*, *op. cit.*, p. 136-38 e KLEIN, *The internal slave trade...*, *op. cit.*, p. 98. Baseados nas estimativas grosseiramente equivocadas das populações escravas provinciais em 1864, de Tomaz Pompeo de Souza Brazil, Thomas Merrick e Douglas Graham concluíram que o "ponto alto da transferência inter-regional de escravos no Brasil ocorreu nos anos 60 e início dos 70". MERRICK & GRAHAM, *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1979. p. 65-66. Se os dados do padre Pompeo estivessem corretos (e a própria fonte faz severa advertência sobre sua inconfiabilidade), isso implicaria, por exemplo, que o Nordeste teria perdido, em termos líquidos, cerca de 287 mil escravos entre 1864 e 1872, e que Minas teria ganho, no

Rio de Janeiro e São Paulo foram os principais importadores nesse período. O setor cafeeiro fluminense permanecia estagnado, mas, apenas para manter a força de trabalho estabilizada, era necessário um alto nível de importações. Em São Paulo, a expansão cafeeira gerou forte demanda por novos escravos: sua população servil aumentou em um terço entre 1854 e 1874. O mesmo ocorria no Espírito Santo, que quase dobrou seu pequeno plantel escravo entre 1857 e 1872. Do outro lado, a maior parte das províncias do Nordeste parece ter perdido escravos no período, com Pernambuco e Bahia liderando as exportações⁽³⁹⁾.

Por causa da inexistência de dados confiáveis para a população escrava de Minas no meado do século, é extremamente difícil determinar a posição da província no tráfico, no período em questão. A evidência disponível é indireta, fragmentada e freqüentemente contraditória. As condições econômicas variavam bastante dentro do "mosaico mineiro" e o padrão do tráfico, aparentemente, era bastante complexo. O impacto líquido das transferências sobre a população escrava provincial, embora difícil de ser determinado com precisão, parece ter sido pequeno.

Nesse período encontramos, pela primeira vez, referências a exportações de escravos de Minas. Ferreira Soares afirma que um pequeno número de escravos mineiros foi vendido no mercado do Rio de Janeiro na década de 50⁽⁴⁰⁾. Richard Burton foi infor-

mesmo período, 164 mil cativos. Compare-se isso com os fatos de que no ano do censo havia apenas 18.513 escravos nascidos nas províncias do Norte e do Nordeste vivendo no Centro-Sul, e que em Minas residiam apenas 8.578 escravos nascidos em outras províncias.

(39) MARTINS, *Growing in silence...*, *op. cit.*, p. 182-83.

(40) SOARES, Sebastião Ferreira, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977. p. 135.

mado, em 1867, que em São João del Rei os escravos eram "um elemento em rápido declínio" tendo sido "em sua maioria vendidos aos distritos agrícolas do Rio de Janeiro" Em Diamantina, colheu a mesma informação e observou que os donos de lavras estavam animados com a propalada possibilidade de uma imigração de confederados americanos: "Que Deus os traga" diziam eles, "(...) e eles logo empregarão nossos inúteis escravos" De Januária, Burton escreveu que "(...) os cativos vinham sendo vendidos já há algum tempo para o Rio de Janeiro."⁽⁴¹⁾

Burton estava completamente errado sobre São João del Rei: longe dos 1.350 escravos registrados por ele em 1867, o censo mostrou que o município tinha 8.092 cativos em 1873, e nossas estimativas colocam-no claramente como um importador líquido entre as décadas de 50 e 70. Mas estava provavelmente certo sobre a região diamantina, que passou por uma crise profunda nesse período. O segundo *rush* de diamantes terminara abruptamente com as descobertas na África do Sul e o *boom* algodoeiro se dissipara com a recuperação da oferta norteamericana. A rapidez desses acontecimentos, conjugada à falta de alternativas numa região pouco dotada para a agricultura, resultou no desemprego generalizado da força de trabalho escrava. Essa situação — uma crise local que tornou os escravos redundantes, gerada por condições adversas em mercados externos — era completamente atípica, no cenário econômico de Minas. Como mostramos em outro trabalho, a economia provincial (com exceção do setor cafeeiro) era quase totalmente orientada para autoconsumo e comércio local e não era, portanto, vulnerável às flutuações dos mercados de exportação⁽⁴²⁾.

(41) BURTON, Richard F. *Exporations of the Highlands of the Brazil*. London, Tinsley Brothers, 1869, 2 v. (v. 1. p. 114-15; v. 2: p. 104, 260).

(42) MARTINS, Growing in silence..., *op. cit.*, cap. 5.

A partir da segunda metade da década de 60, há indicações de que escravos mineiros estavam sendo alugados para o setor cafeeiro de São Paulo.

O doutor Gaston, da Carolina do Sul, visitou aquela província em 1865 e foi informado por fazendeiros que turmas de escravos de Minas podiam ser contratadas para a derubada das matas e plantação dos cafezais⁽⁴³⁾ O relatório de Carvalho de Moraes, sobre as condições de trabalho na zona cafeeira paulista em 1870, também afirma que muitos empreiteiros da formação de cafezais eram mineiros que tinham migrado com seus escravos⁽⁴⁴⁾. Warren Dean localizou em Rio Claro contratos "(...) para o plantio de mais de um milhão de pés [de café] por empreiteiros, os quais trouxeram mais de 332 escravos para o município ... entre 1864 e 1878".⁽⁴⁵⁾ Não está claro, contudo, se esses escravos estavam vindo das áreas não-cafeeiras de Minas. A afirmação de Dean, de que eles eram trazidos "(...) de regiões menos favorecidas como o centro de Minas (...)", pode-se contrapor a do doutor Gaston, segundo o qual "(...) esses negros tinham sido até então empregados em fazendas de café que tinham deixado de ser lucrativas naquela região [Minas]."⁽⁴⁶⁾

A despeito desses depoimentos, outras evidências sugerem que Minas não pode ter sido, nesse período, exportador líquido de um número significativo de escravos. Estimativas baseadas no censo do império e em dados da população escrava para 27 municí-

(43) GASTON, J. McFaden, *Hunting a home in Brazil*. Philadelphia, King and Baird Printers, 1867. p. 125, 193.

(44) MORAES, João Pedro Carvalho de. *Relatórios apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870. p. 69.

(45) DEAN, *Rio Claro...*, *op. cit.*, p. 35, 55, 205.

(46) DEAN, *Rio Claro...*, *op. cit.*, p. 35; GASTON, *Hunting a home...*, *op. cit.*, p. 125.

pios (de um total de 52), em 1854, mostram que esses municípios importaram, em termos líquidos, pelo menos 82.512 escravos nesses dezenove anos. Essa estimativa é parcial, mas dificilmente a inclusão dos outros 25 municípios reverteria a situação, principalmente quando se considera que entre estes estavam municípios cafeeiros em franca expansão, como Leopoldina, Muriaé, Juiz de Fora e Rio Preto, além de vários municípios prósperos da Zona Sul, que eram provavelmente importadores líquidos também⁽⁴⁷⁾.

O censo de 1872 registrou a província de nascimento dos escravos. Esses dados mostram que havia, em Minas, 8.578 escravos nascidos em outras províncias, enquanto 11.560 escravos mineiros residiam fora de Minas Gerais. Mostrou também que, acima de qualquer dúvida, o envolvimento da província no tráfico nos anos que precederam o censo foi pequeno: se considerarmos que as transferências interprovinciais eram desprezíveis antes de 1851, os dois contingentes de migrantes sobreviventes, acima, corresponderiam aproximadamente ao total de 15.000 escravos exportados e 11.000 escravos importados entre 1851 e 1873⁽⁴⁸⁾.

O padrão de comércio indicado por esses dados é bastante diferente daquele sugerido na literatura. Os números desmentem a idéia de que Minas tenha sido um grande fornecedor de escravos para a lavoura cafeeira fluminense: na verdade, havia tantos escravos mineiros naquela província quanto escravos fluminenses em Minas. A grande maioria (96,9%) dos escravos mineiros residentes fora de Minas estava em províncias limítrofes, em muitos casos, em muni-

cípios que tinham fronteiras com Minas. Longe de ser um fluxo de tráfico convergindo fortemente para as áreas cafeeiras, o que esses dados mostram é que uma parcela considerável das transferências de escravos mineiros era associada a migrações de pequenos proprietários.

Em São Paulo, pelo menos 36% dos escravos mineiros não estavam em áreas cafeeiras. Dos quinze municípios paulistas que tinham mais escravos de Minas, sete se localizavam além da fronteira do café. Na região de maior concentração — a Mogiana — a colonização estava apenas começando e esta era a área favorita para os migrantes livres de Minas. A colonização desta zona foi em grande parte feita por mineiros — sitiantes e criadores, mas não cafeeiros — que abriam terras além da fronteira do café e se dedicavam à agricultura de subsistência e pecuária. A maioria dos municípios com números relativamente altos de escravos mineiros se localizava nessa zona (São João da Boa Vista, Mococa, Batatais, Mogi-Mirim, Franca, Caconde). Todos esses lugares tinham sido colonizados por mineiros e eram áreas de intensa imigração de mineiros. Outros lugares com muitos escravos de Minas, como Rio Verde, Botucatu e Sorocaba (na zona Sorocabana), ou São Carlos do Pinhal (na Paulista) também eram áreas de colonização mineira. Outros ainda, como Itatiba, Taubaté, Belém do Descalvado e Brotas, não nasceram de colonização mineira, mas eram zonas de imigração relativamente intensa de mineiros livres. No conjunto de São Paulo, a correlação (por regiões) entre a presença de mineiros livres e de escravos mineiros era bastante alta ($r = 0,72$), e (por municípios) na Mogiana era ainda maior ($r = 0,84$)⁽⁴⁹⁾.

(47) Veja MARTINS, Growing in silence..., op. cit., p. 188-91.

(48) O censo registra um número muito pequeno de escravos africanos em Minas (27.946). Entretanto, como o tráfico internacional era ilegal desde 1831, é de se supor que os proprietários tenham escondido a origem africana de seus escravos. As estimativas dos fluxos de importação e exportação estão em MARTINS, Growing in silence..., op. cit., p. 193.

(49) Todos os dados são do Recenseamento de 1872. Sobre a colonização mineira em zonas pioneiras de São Paulo, veja MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, Librairie Armand Colin, 1952. p. 116-20; e LEITE, Mário; *Paulistas e mineiros, plantadores de cidades*. São Paulo, Edart, 1961. p. 165-257.

TABELA 4
 PROVÍNCIAS DE RESIDÊNCIA DOS ESCRAVOS NASCIDOS EM MINAS E PROVÍNCIAS DE NASCIMENTO DOS ESCRAVOS RESIDENTES EM MINAS SEGUNDO O CENSO DE 1872

	Província de Residência dos Escravos Nascidos Em Minas	Porcentagem dos Escravos Nascidos Em Minas	Província de Nascimento dos Escravos Residentes Em Minas	Porcentagem dos Escravos Residentes Em Minas
São Paulo	4.018	1,16	1.309	0,35
Rio de Janeiro	3.074	1,07	3.757	1,01
Goiás	1.311	0,38	185	0,05
Espírito Santo	756	0,22	97	0,03
Município Neutro	728	0,21	— ^(*)	—
Bahia	542	0,16	2.094	0,57
Pernambuco	7	(*)	667	0,18
Outras Províncias	497	0,14	469	0,13
Total Outras Províncias	11.560	3,34	8.578	2,32
Minas Gerais	333.853	96,66	333.853	90,14
Total Nascidos em Minas	345.413	100,00	—	—
Total Nascidos no Brasil	—	—	342.431	92,46
África	—	—	27.946	7,54
População Escrava em Minas	—	—	370.377 ^(b)	100,00

Notas: (*) Significa menos de 0,01%

(a) Os escravos nascidos no Município Neutro foram listados no Rio de Janeiro.

(b) Há pequenas discrepâncias entre as tabelas do censo. Na maior parte delas, o total para Minas é dado como 370.459 escravos. Esse número foi ajustado mais tarde para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas.

Obs. importante: Os dados da tabela acima, especialmente aqueles sobre o local de nascimento dos escravos residentes em Minas, são substancialmente diferentes dos que constam das tabelas provinciais do censo. Os quadros provinciais contêm enormes erros de agregação: os números corretos para Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso são esses apresentados acima, obtidos através das tabelas paroquiais.

TABELA 5
 BRASIL: CARACTERÍSTICAS DE SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA, POR PROVÍNCIAS E REGIÕES, SEGUNDO O CENSO DE 1872

Província de Residência	Homens 11-40 como Porcentagem do Total	Escravos 11-40 como Porcentagem do Total	Razão de Masculinidade			
			Escravos 11-40	Escravos Nascidos na Província de Residência	Escravos Nascidos em outras Províncias	Todos os Escravos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Minas Gerais	60,3	60,6	1,15	1,14	1,31	1,16
São Paulo	58,2	58,1	1,30	1,20	1,52	1,30
Rio de Janeiro ^(a)	51,1	51,3	1,24	1,15	—	1,25
Norte e Nordeste	54,8	55,7	1,03	1,03	1,08	1,06
Outras Províncias ^(b)	51,2	53,8	0,98	1,05	1,39	1,09
BRASIL	55,4	56,1	1,12	1,10	1,31	1,14

Notas —: Significa não disponível.

(a): Colunas (1) a (3) não incluem o Maranhão.

(b): Colunas (1) a (3) incluem o Município Neuro, mas as colunas (4) a (6) o excluem.

Fonte: Recenseamento 1872. Os dados se referem à população escrava presente nas paróquias.

Estudos sobre a zona caeeira paulista, por outro lado, mostram que nesse período o recrutamento de escravos para o café era principalmente de fontes intraprovinciais, especialmente através de transferências urbano-rurais e da pequena para a grande lavoura. As importações de cativos de Minas eram, aparentemente, desprezíveis. Em Campinas, por exemplo, que era o mercado servil mais ativo da província, numa amostra de 523 escravos pertencentes a cinco grandes fazendas, havia 47% de São Paulo, 31,7% de várias províncias, 19,9% da África e apenas 1,3% de Minas⁽⁵⁰⁾.

Em outras províncias, a presença de escravos mineiros também era fortemente associada com a de mineiros livres. Goiás era outra área de intensa imigração de mineiros e o coeficiente de correlação, por municípios, entre mineiros livres e escravos era igual a 0,80. No Espírito Santo, 96,3% dos escravos de Minas se concentravam em dois municípios (Itapemirim e Cachoeiro do Itapemirim), que também tinham 77,3% dos mineiros livres. No conjunto da província, o coeficiente de correlação (por municípios) entre escravos e livres de Minas Gerais era igual a 0,98. Em Mato Grosso esse coeficiente era igual a 0,93.

O tráfico interprovincial tinha um acentuado viés em relação ao sexo e à idade. Nas importações pelo porto do Rio de Janeiro, em 1852, os homens superavam as mulheres à razão de dois por um, e os escravos entre 10 e 39 anos constituíam 84% do total. A amostra de vendas de escravos no mercado de Campinas nos anos 60 e 70, coletada por Slenes, tem a mesma estrutura etária: 85% das vendas envolviam cativos no intervalo 10-39 anos. Em 1872, dentre os escravos que residiam fora de suas províncias de nas-

cimento, os homens excediam as mulheres em 31%⁽⁵¹⁾.

Por causa dessa natureza seletiva, pode-se esperar que as distorções causadas pelo tráfico se expressassem, no caso de uma província exportadora, sob a forma de uma razão de masculinidade mais baixa, especialmente nos grupos etários mais suscetíveis de serem negociados, e de uma relativa rarefação de escravos nesse grupo, especialmente entre os homens. Como o crescimento natural dos dois sexos tende a ser equilibrado, uma razão de masculinidade anormalmente baixa entre os escravos nativos de uma província seria, certamente, um indicador de que havia exportação líquida desses escravos.

O censo confirma claramente essas hipóteses. As diferenças observadas entre as províncias são inteiramente consistentes com o que se conhece sobre o tráfico interprovincial nesse período. Nas províncias do Norte, Nordeste, Sul e no Município Neutro, todos os indicadores relevantes estão abaixo da média nacional, substancialmente em alguns casos, indicando que essas províncias eram exportadoras líquidas. Por outro lado, os coeficientes para São Paulo refletem o fato de que ela era um grande importador. No caso do Rio de Janeiro, outro grande importador, a porcentagem do grupo etário de 11 a 40 anos é surpreendentemente baixa. A falsificação das idades dos africanos pode ser a explicação: todas as importações de africanos entre 1831 e 1851 (muitos dos quais teriam entre 20 e 40 anos em 1872) eram ilegais e grande parte foi registrada como estando acima de 40 anos. Essa fraude ocorreu também nos outros lugares, mas no Rio de Janeiro, que tinha de longe o maior contingente africano, ela certamente distorceu a distribuição etária mais do que em outras províncias. Todos os outros indicadores para o Rio de Janeiro são consideravelmente acima de média nacional.

(50) Veja LOWRIE, Samuel. O Elemento negro na população de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 48. 13-15, junho de 1938; SOARES, Notas estatísticas..., *op. cit.*, p. 137. DEAN, Rio Claro..., *op. cit.*, p. 54; SLENES, The demography..., *op. cit.*, p. 113-34.

(51) KLEIN, The Internal Slave Trade..., *op. cit.*, p. 102; SLENES, The demography..., *op. cit.*, p. 473-74; *Recenseamento 1872*.

A luz desses dados, é, mais uma vez, muito difícil acreditar que Minas possa ter sido um exportador líquido de escravos no período anterior ao censo. Ela tinha as maiores porcentagens de escravos na faixa 11-40 anos, dos dois sexos, e todos os outros coeficientes estavam acima da média nacional.

O mesmo raciocínio pode ser usado para detectar realocações de escravos dentro de Minas Gerais. A estrutura de sexo e idade das populações escravas por municípios sugere fortemente que não ocorreram migrações substanciais nos anos anteriores ao censo. A nata da força de trabalho servil, os homens na faixa 11-40 anos, estava uniformemente distribuído pelas regiões. Na verdade, várias áreas não-cafeeiras tinham uma estrutura sexo-idade da população escrava melhor do que a da zona cafeeira⁽⁵²⁾.

O censo também registrou os escravos ausentes de suas paróquias de residência (o domicílio de seus donos). Eram 2.876, dos quais 1.776 homens e 1.110 mulheres. Dada a natureza do trabalho de formação de cafezais, especialmente a árdua tarefa de abate das florestas, é altamente improvável que mulheres tenham sido engajadas. Dentre os homens ausentes, 97,3% (1.551 indivíduos) estavam entre 15 e 50 anos, ou seja, a faixa de idade compatível com esse tipo de trabalho. Esse número pode ser tomado como o máximo potencial de escravos alugados para o cultivo do café fora da província. O número real era necessariamente menor, por várias razões. Em primeiro lugar, esses escravos estavam ausentes de suas paróquias, mas não necessariamente do município ou da província de residência. Há indicações de que os proprietários eram relutantes em alugar seus cativos para lugares longínquos. Além disso, muitos dos escravos alugados, certamente, não estavam no café: o governo e os empreiteiros de obras públicas geralmente alugavam escravos para várias tarefas, especialmente construção de estradas e fer-

rovias. Nos anos 60 e 70, cativos alugados foram largamente utilizados na construção das primeiras ferrovias de Minas. As companhias inglesas de mineração, proibidas de comprar escravos pela lei britânica, eram também grandes usuários de trabalho servil alugado. Finalmente, muitos dos escravos ausentes de suas paróquias, certamente, não estavam alugados: poderiam estar acompanhando os senhores em viagem, ou trabalhando como tropeiros, por exemplo. É claro, portanto, que apenas uma fração insignificante dos escravos mineiros poderia ter sido alugada para a zona cafeeira paulista nesse período.

Os Anos 70

A década de 1870 assistiu a uma intensificação do tráfico interprovincial, com o Centro-Sul absorvendo mais escravos do Nordeste e do Sul do que em qualquer outro período.

Os contrastes econômicos regionais se acentuaram profundamente. Na primeira metade da década, os preços do café atingiram níveis recorde, estimulando grande expansão do plantio. No início dos anos 80, a produção cafeeira tinha quadruplicado no Oeste Paulista e mais que dobrado em Minas Gerais, com respeito ao início da década anterior. Mesmo no Vale do Paraíba, o crescimento foi considerável: o produto aumentou em 23% no Rio de Janeiro e em 35% na seção Paulista do Vale.

No Nordeste, a transição para o trabalho livre continuava e era muito acelerada pela grande seca de 1877-79. O frágil equilíbrio entre população e recursos naturais foi irremediavelmente quebrado no sertão, forçando centenas de milhares de sertanejos a buscar a sobrevivência no litoral. A seca estimulou a liberação de escravos para o Centro-Sul de duas maneiras: por um lado, ela aniquilou temporariamente a economia do sertão, tornando-lhe impossível reter quaisquer escravos que ainda possuísse;

(52) Veja MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., tabela 43, p. 206.

por outro, fez expandir enormemente e oferta de mão-de-obra assalariada (e barata) na zona açucareira do litoral⁽⁵³⁾.

Os anos 70 também assistiram ao fim do surto algodoeiro causado pela guerra civil americana. Em tempos normais, o algodão era essencialmente uma cultura camponesa do sertão, mas, nos anos do *boom*, algumas fazendas de açúcar se voltaram parcialmente para essa cultura, alocando terras e escravos para a produção de algodão. Com a recuperação da oferta americana, as exportações do Brasil (que se originavam sobretudo no Nordeste) caíram vertiginosamente de um máximo de 717 mil fardos em 1872 para apenas 77 mil em 1879⁽⁵⁴⁾. O extremo Sul também tinha seus problemas. Aí a escravidão estava concentrada no Rio Grande do Sul, onde a maior parte da força de trabalho escrava estava empregada na indústria do charque. Estimulada pela crescente demanda da região cafeeira, esta indústria se expandira rapidamente no terceiro quartel do século, mas, no final dos anos 70 se encontrava numa crise terminal. Economicamente, ela não podia competir com os *saladeros* do Prata, e politicamente era incapaz de assegurar proteção tarifária do governo imperial, dominado pela grande lavoura⁽⁵⁵⁾.

O resultado disso tudo foi a intensificação do influxo de escravos para o Centro-Sul.

(53) Veja a esse respeito particularmente CUNIFF, Roger L. *The great drought: northeast Brazil, 1877-1880*. Tese de Doutorado, University of Texas, 1970, que documenta a migração para o litoral e mostra seu impacto sobre a oferta de trabalho e o nível salarial na zona açucareira.

(54) WRIGHT, Gavin. *Cotton competition and the port-bellum recovery of the American South*. *Journal of Economic History*, 34 (3): 611, September 1974.

(55) CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

Slenes estimou as importações médias dessa região em mais de 11 mil por ano entre 1873 e 1881, mais do dobro da média anual estimada para o período 1850-1872⁽⁵⁶⁾.

A avaliação do papel de Minas Gerais nesse período varia muito. Emília Viotti da Costa afirma que, depois que a assembléia paulista suprimiu o imposto de importação de escravos, em 1873, o fluxo de escravos mineiros para as áreas cafeeiras de São Paulo tornou-se grande. Herbert Klein sustenta que Minas "perdeu escravos através da migração" nos anos 1872-1876. Warren Dean encontrou evidências da venda de escravos mineiros em Rio Claro, e informa que uma firma de Minas era um dos negociantes de escravos mais importantes do município nessa década⁽⁵⁷⁾.

A maioria dos contemporâneos, entretanto, sustentava que grande número de escravos continuava a ser importado por Minas. Prudente de Moraes afirmou no parlamento, em 1885, que "metade ou mais da metade" dos escravos de Minas Gerais e São Paulo tinham sido adquiridos do Norte desde 1871. "Na mesma ocasião", relata Conrad, "outro futuro presidente, Campos Sales, concordou que 'certamente mais da metade' tinha sido importada das províncias setentrionais"⁽⁵⁸⁾. Um engenheiro do governo, trabalhando no Rio São Francisco, relata em 1879 que grandes comboios de escravos eram enviados rio acima, da Bahia para Minas Gerais, e A. Scott Blacklaw, um correspondente estrangeiro, escreveu no início da década de 80 que "(...) nos últimos oito anos ocorreu uma migração geral da população escrava do

(56) SLENES, *The demography...*, op. cit., p. 124, 136-38, 188-90, 196.

(57) COSTA, *Da Senzala à Colônia...*, op. cit., p. 132; KLEIN, *The internal slave trade...*, op. cit., p. 98; DEAN, *Rio Claro...*, op. cit., p. 56-57.

(58) CONRAD, *The Destruction...*, op. cit., p. 131.

TABELA 6

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO ESCRAVA, POR REGIÕES
1873-1886

Região	1873		1880		1884		1886		Porcentagem da População Livre em 1873
	Escravos	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	
Metalúrgica-Mantiqueira	95,401	24,9	63,160	19,5	51,820	17,3	49,436	17,3	27,3
Mata	100,776	26,3	100,248	30,9	106,939	35,8	104,360	36,4	16,8
Sul	81,511	21,3	71,682	22,1	63,982	21,4	61,270	21,4	19,0
Alto Paranaíba	18,493	4,8	11,616	3,6	10,443	3,5	9,998	3,5	5,2
Oeste	33,711	8,8	29,806	9,2	24,440	8,2	23,151	8,1	10,1
Triângulo	7,966	2,1	9,436	2,9	5,921	2,0	5,222	1,9	2,1
São Francisco-Montes									1,9
Claros	7,983	2,1	8,325	2,6	7,574	2,5	7,411	2,6	4,9
Paracatu	2,639	0,7	1,714	0,5	1,587	0,5	1,548	0,5	1,9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	34,160	8,9	28,551	8,8	26,225	8,8	23,794	8,3	15,2
Minas Gerais	382,640	100,0	324,538	100,0	298,931		286,491	100,0	100,0

Obs.: O total dado pelo censo foi de 370.459, mais tarde ajustado para 381.893, para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas. Como a revisão não discriminou os dados por municípios, foi preciso estimar, usando outras fontes, a população dos municípios incompletamente cobertos. Nossa estimativa resultou em 382.640, que é 0,2% maior do que o total ajustado do censo. Em 1880, os dados para dez municípios não incluídos na fonte foram estimados por interpolação entre 1873 e o primeiro dado disponível após 1880. To dos esses ajustamentos estão em MARTINS. Growing in silence, apêndice B.

Norte para as três províncias cafeeiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.⁽⁵⁹⁾

O fluxo de escravos para Minas era grande o bastante para induzir a Assembléia Provincial a impor um imposto de importação proibitivo em 1880. Comentando a implementação da medida, dois relatórios presidenciais em 1881 informam que ela encontrou forte oposição nos círculos de traficantes no Rio e indicam que, antes de sua adoção, pelo menos a Mata era um grande importador⁽⁶⁰⁾.

(59) SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia, Editora Cruzeiro, 1938. p. 105. BLACKLAW, A. Scott. Slavery in Brazil. *South American Journal and Brazil and River Plate Mail*, 9, 6 July 1882.

(60) *Relatório...* pres. José Francisco Netto, 4/5/1881, p. 19; *Relatório...* pres. Meira de Vasconcellos, 7/8/1881, Anexo n.º 5, p. 81.

Os dados levantados por Slenes não corroboram a tese de que Minas exportava muitos escravos para São Paulo nesse período. Uma grande amostra de vendas no mercado de Campinas, o maior da província, nos anos 1875, 1877, 1878 e 1879, mostra que dentre os escravos cuja origem provincial era conhecida, apenas 1,6% (35 indivíduos) vinha de Minas Gerais, enquanto 53,5% vinham do Nordeste e 21,2% do Sul. Ele também coletou evidências de que um "número substancial" dos escravos que entraram no porto do Rio de Janeiro "(...) estavam, na verdade, a caminho de Minas Gerais e São Paulo." Suas próprias estimativas situam Minas como um dos maiores importadores no período 1873-1887⁽⁶¹⁾.

A partir dos anos 70, há dados muito melhores sobre a população escrava, permitindo

(61) SLENES, *The demography...*, op. cit., p. 600, 627-28, 660.

do uma análise mais acurada do tráfico. Pela primeira vez tornam-se disponíveis dados confiáveis ao nível dos municípios.

Em 1873, a distribuição dos escravos pelas regiões de Minas seguia de perto a da população livre: a correlação entre livres e escravos era igual a 0,92. Apenas duas regiões, a Mata e o Sul, detinham uma porcentagem maior de escravos que de livres, mas a concentração era leve.

Os dados de população mostram uma crescente concentração dos escravos na Zona da Mata ao longo do período. Entretanto, como já indicamos anteriormente, a simples comparação dos estoques, em diferentes momentos, não é aceitável como procedimento para detectar fluxos migratórios. Por não levar em conta a mortalidade e as alforrias, essa comparação distorce a realidade, exagerando as perdas das áreas exportadoras e subestimando os ganhos das áreas importadoras. Foram comparações desses tipo que levaram alguns autores a concluir que a escravidão estava em extinção nas partes não-cafeeiras de Minas, porque todas essas regiões pareciam estar exportando cativos⁽⁶²⁾.

A aplicação da técnica dos sobreviventes às populações escravas dos municípios mineiros gerou os resultados apresentados na tabela 7. Para o período 1873-80, usamos a taxa bruta de mortalidade de -23 por mil por ano, estimada por Slenes para a região central de São Paulo para o mesmo período⁽⁶³⁾. Não há qualquer razão para supor que o padrão de mortalidade em Minas diferia significativamente da amostra de Slenes: a estrutura etária dos escravos era bastante semelhante nos dois casos, e as duas populações

estavam expostas ao mesmo ambiente sanitário e a condições de vida similares. As manumissões totais da província entre 1873 e 1880 foram estimadas em 7.700 e foi feita a hipótese de que, em cada município, elas foram proporcionais à população escrava do município no início do período⁽⁶⁴⁾.

Agregando as transferências líquidas dos municípios, obtemos a estimativa de uma importação líquida de 7.059 escravos, indicando um pequeno impacto líquido do tráfico interprovincial sobre a província nesse período.

Esse resultado é altamente consistente com os registros de mudança de domicílio dos cativos, que passaram a ser exigidos, por lei, a partir da matrícula de 1873. Segundo esses registros, entre setembro de 1873 e junho de 1881, 64.718 escravos entraram nos municípios mineiros, enquanto outros 58.782 saíram deles, deixando o saldo de 5.936 indivíduos importados, em termos líquidos, pelo conjunto da província⁽⁶⁵⁾.

(62) Veja, por exemplo, CONRAD, *The Destruction...*, *op. cit.*, tabela n.º 12, p. 293.

(63) Desde a entrada em vigor da Lei Rio Branco, em setembro de 1871, a taxa bruta de mortalidade se tornou idêntica à taxa de crescimento natural da população escrava. Veja SLENES, *The demography...*, *op. cit.*, p. 341-46 e MARTINS, *Growing in silence...*, *op. cit.*, p. 215-16.

(64) Pelo menos parte das manumissões dos municípios — a parte paga pelo Fundo Imperial de Emancipação — era razoavelmente proporcional às populações escravas dos mesmos, uma vez que as quotas do fundo eram distribuídas segundo esse critério. Testamos maneiras alternativas de alocar as alforrias estimadas entre os municípios, verificando que o impacto das diferentes hipóteses sobre as estimativas do tráfico é mínimo. As manumissões eram um vazamento de tal forma insignificante que os ganhos que se obteriam refinando o procedimento nessa direção são desprezíveis.

(65) *Relatório da Agricultura*. Ministro Henrique d'Ávila, 10 de maio de 1883, p. 10. Cinco municípios (5,6% do total não reportavam os dados). Infelizmente, os registros individuais dos municípios não puderam ser localizados. A única outra estimativa existente do tráfico interprovincial de Minas nessa época é a de Slenes, que concluiu que a província importou 23.745 escravos entre 1873 e 1887. Como desde o início de 1881 as importações de Minas foram efetivamente interrompidas, o período coberto pelas duas estimativas é o

As duas estimativas apresentadas acima indicam um pequeno saldo líquido de importações favorável a Minas. Isso não significa, entretanto, que o envolvimento total da província no tráfico era necessariamente pequeno nesse período: nos dois casos, o resultado líquido obtido é perfeitamente consistente com fluxos de exportação e importação de qualquer tamanho absoluto. De fato, há várias razões para presumir que a participação bruta de Minas era muito maior do que aquela sugerida pelo saldo líquido.

As regiões da província eram francamente integradas e as comunicações entre elas notoriamente deficientes. Era muito mais natural que algumas áreas fizessem seu comércio de escravos com outras províncias do que com outras partes de Minas, como acontecia com o comércio de mercadorias. Desde o período colonial, o vale do São Francisco tinha relações comerciais mais estreitas com a Bahia e Pernambuco do que com o resto da província. O mesmo era verdadeiro para a zona de Paracatu com relação a Goiás, e para a zona Sul com respeito a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

A zona da Mata, em particular, era fortemente ligada à capital do império. Durante todo o século, ela exportou todo seu café para o mercado do Rio e era o seu principal fornecedor de vários produtos. Depois da abertura da União e Indústria em 1861, e especialmente depois da ligação ferroviária ser completada no final dessa década, a Mata ficou distante apenas algumas horas da capital.

O Rio de Janeiro, por seu turno, era um importante entreposto de escravos vindos do Nordeste, ao qual estava ligado por telégra-

fo desde 1874. A viagem marítima entre Salvador e Rio de Janeiro levava menos de quatro dias e, segundo Slenes, "(...) o custo da passagem era mínimo". A tarifa para transporte de um escravo entre esses dois portos "(...) em 1877 era de 10 a 15 mil-réis, menos de 1% do preço que um escravo jovem, do sexo masculino, obtinha na época nos mercados do Centro-Sul".⁽⁶⁶⁾

Além disso, o preço médio dos escravos no Nordeste e na maioria das outras províncias era muito menor do que os preços observados em qualquer das regiões mineiras⁽⁶⁷⁾.

Embora mais pesquisa seja necessária para sustentar conclusões seguras, em vista da estrutura de preços relativos e dos outros argumentos apresentados acima, não seria surpresa verificar que algumas áreas de Minas, particularmente a zona cafeeira (Mata), importavam quantidades consideráveis de escravos do Nordeste. As transferências do Nordeste para a Mata eram muito mais fáceis e tinham um custo menor do que as de outras regiões de Minas. Por outro lado, é possível que ao mesmo tempo outras partes da província estivessem exportando escravos, especialmente para São Paulo. Esse padrão mais complexo poderia incidentalmente explicar, pelo menos em parte, a ocorrência de avaliações tão conflitantes da posição de Minas no tráfico na década de 70.

Olhando para dentro da província, vemos claramente que as estimativas do tráfico

... mesmo e a discrepância entre eles precisa ser explicada. Acredito que a estimativa de Slenes é exagerada, resultado da utilização dos dados da matrícula de 1873, que é absolutamente incompleta no caso de Minas Gerais. Veja MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., p. 218-20 e SLENES, *The Demography...*, op. cit., p. 616, 700-701.

(66) SLENES, *The Demography...*, op. cit., p. 150-52.

(67) O custo médio das manumissões pelo Fundo Imperial de Emancipação é a única fonte sistemática de preços de escravos disponível para todas as províncias. Esse custo pode não refletir adequadamente o preço absoluto do escravo jovem do sexo masculino, mas há fortes razões para acreditar que ele é perfeitamente aceitável como um índice dos preços relativos regionais. Veja MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., p. 222-23.

TABELA 7

MINAS GERAIS: TRANSFERÊNCIAS LÍQUIDAS DE ESCRAVOS, POR MUNICÍPIOS

1873-80, 1880-84 1884-86

Região e Municípios	1873-80		1880-84		1884-86							
	Transferência r*	Líquida	Transferência r*	Líquida	Transferência r*	Líquida						
OESTE	+	1.939	-	3.143	-	277						
Bonsucesso	+	739	+	19,7	-	499	-	73,2	+	16	-	17,0
Formiga	+	751	+	6,0	-	608	-	65,1	+	228	+	18,5
Marmelada	-	488	-	53,8	+	106	-	5,4	+	322	+	68,0
Oliveira	-	168	-	26,3	-	342	-	34,2	+	132	-	9,2
Pitangul	+	2.437	+	25,7	-	1.539	-	75,7	-	1.141	-	128,1
Pium-i	-	1.072	-	70,3	-	148	-	36,8	+	166	+	19,4
Santo Antônio do Monte	-	188	-	39,4	+	84	-	4,8	+	40	-	6,0
Tamanduá	-		-	25,3	-	197	-	33,5	-	40	-	27,0
TRIÂNGULO	-	3.054	-		-	2.887	-		-	157	-	
Monte Alegre	-	506	-	55,0	-	369	-	79,1	-	19	-	28,5
Prata	+	2.620	+	109,8	-	2.293	-	214,7	-	161	-	74,5
Uberaba	+	945	+	15,6	-	225	-	36,6	+	23	-	17,2
ALTO PARANAÍBA	-	4.073	-		-	268	-		-	10	-	
Araxá	-	288	-	67,3	-	109	-	28,7	+	59	-	11,2
Bagagem	+	570	-	2,8	-	262	-	43,8	-	184	-	58,9
Patrocínio	-	3.806	-	137,8	+	95	-	10,6	+	120	+	4,2
SS. Sacramento	-	537	-	58,5	+	61	-	10,9	+	20	-	15,0
Santo Antônio dos Patos	+	18	-	21,0	-	53	-	31,9	-	25	-	33,5
SÃO FRANCISCO-MONTES CLAROS	+	1.833	-		-	99	-		+	155	-	
Curvelo	+	2.310	+	102,3	-	308	-	42,3	+	68	-	10,3
Januária	+	239	+	6,8	-	197	-	67,3	-	17	-	30,4
Montes Claros	-	768	-	51,3	+	393	+	10,9	+	153	+	2,6
São Romão	+	52	-	5,4	+	13	-	10,6	-	49	-	85,9
JEQUITINHONHA-MUCURI-DOCE	+	171	-		-	76	-		-	1.368	-	
Diamantina	+	4.476	+	93,7	-	71	-	22,8	-	608	-	66,4
Grão Mogol	-	1.099	-	76,5	+	506	+	37,0	-	580	-	151,1
Minas Novas	-	234	-	31,5	+	627	+	24,1	-	293	-	61,4
Rio Pardo	-	2.083	-	79,4	-	16	-	21,4	+	256	+	16,2
Santo Antônio do Arassuaí	+	405	-	4,4	+	93	-	12,5	+	77	-	7,6
São João Batista	+	398	-	2,4	+	144	-	6,9	-	2	-	21,3
Serro	-	1.692	-	53,2	-	1.359	-	81,0	-	218	-	45,7
PARACATU	-	520	-		+	9	-		+	27	-	
Paracatu	-	520	-	56,4	+	9	-	19,1	+	27	-	12,4
MINAS GERAIS	+	7.059	-		-	3	-		-	1	-	

(Continua)

TABELA 7

MINAS GERAIS: TRANSFERÊNCIAS LÍQUIDAS DE ESCRAVOS, POR MUNICÍPIOS
1873-80, 1880-84 1884-86

(Continuação)

Região e Municípios	1873-80		1880-84		1884-86							
	Transferência Líquida	r*	Transferência Líquida	r*	Transferência Líquida	r*						
METALÚRGICA-												
MANTIQUEIRA	-	17.499	-	6.623	-	233						
Barbacena	+	419	-	16,9	+	98	-	17,5	+	175	-	10,6
Bonfim	-	715	-	43,0	-	1.443	-	123,6	+	438	+	64,0
Caeté	-	82	-	27,9	-	846	-	134,9	-	116	-	68,2
Conceição	+	238	-	15,6	-	298	-	39,5	+	24	-	17,5
Itabira	-	691	-	37,4	-	17	-	21,1	+	3	-	20,7
Mariana	-	1.708	-	57,8	-	276	-	33,6	+	29	-	17,9
Ouro Preto	-	2.088	-	93,6	-	87	-	28,5	-	375	-	100,6
Queluz	-	4.516	-	82,3	-	373	-	33,3	+	29	-	18,8
Sabará	-	3.848	-	109,2	-	750	-	74,6	+	179	+	10,2
Santa Bárbara	-	2.782	-	92,2	-	412	-	49,6	+	46	-	13,6
Santa Luzia	-	2.927	-	125,7	+	341	+	16,2	+	6	-	19,8
São João del Rei	-	31	-	23,6	-	2.473	-	132,4	+	79	-	10,6
São José del Rei	+	806	+	9,6	-	459	-	54,8	-	722	-	156,6
Sete Lagoas	+	426	+	3,2	+	372	+	18,6	-	28	-	26,8
MATA	+	17.888			+	15.214			+	1.912		
Juiz de Fora	+	5.022	+	12,6	+	2.609	+	10,3	+	226	-	15,8
Leopoldina	+	4.541	+	17,2								
Ubá	-	112	-	25,4	+	4.518	+	15,5	-	2.217	-	55,9
São Paulo do Muriaé	+	1.539	+	5,3								
Mar de Espanha	+	4.190	+	21,2	+	5.252	+	61,9	+	2.328	+	40,7
Ponte Nova	+	1.010	-	3,8	+	1.004	+	13,2	+	536	+	13,4
Piranga	+	1.408	+	21,7	+	395	+	0,1	+	69	-	13,9
Pomba	+	853	-	5,4	+	197	-	12,8	-	3	-	21,3
Rio Novo	+	1.005	-	2,3	+	1.288	+	25,4	+	695	+	24,8
Rio Preto	-	44	-	24,1	+	765	+	15,2	+	113	-	10,9
Santa Rita do Turvo	-	1.524	-	62,7	-	814	-	75,3	+	165	+	6,1
SUL	+	4.266			-	2.130			-	50		
Aiuruoca	+	755	+	6,6	-	435	-	52,2	-	68	-	32,5
Alfenas	+	1.827	+	33,3	-	44	-	22,5	-	239	-	46,7
Baependi	-	1.391	-	48,2	+	72	-	18,8	+	12	-	20,5
Cristina	+	1.974	+	32,9								
Cabo Verde	+	1.121	+	63,7	+	652	+	45,4	+	642	+	90,1
Caldas	+	635	+	8,6	-	175	-	36,0	+	69	-	7,6
Campanha	-	301	-	29,9	-	2.424	-	82,4	+	780	+	27,9
Pouso Alegre	+	2.436	+	49,9								
Dores de Boa-												
Esperança	-	1.513	-	81,1	+	101	-	10,5	+	125	+	4,1
Itajubá	+	508	-	6,5	+	173	-	10,0	+	169	-	0,2
Jaguarí	+	456	+	32,0	+	25	-	15,2	-	128	-	74,7
Lavras	-	292	-	28,4	-	138	-	25,7	-	489	-	62,4
Ouro Fino	-	943	-	69,6	-	703	-	120,0	+	56	+	0,8
Passos	+	2.629	+	54,7	+	1.440	+	37,6	-	597	-	66,4
São José do Paraíso	-	911	-	60,6	-	636	-	89,2	-	90	-	46,2
São Sebastião do												
Paraíso	-	198	-	29,4	-	712	-	71,9	-	471	-	108,1
Três Pontas	-	1.866	-	79,6	-	291	-	43,9	+	1.040	+	153,9
Turvo	-	660	-	53,4	+	965	+	68,4	-	861	-	168,1

Obs.: As transferências líquidas em 1880-84 e 1884-86 não somam zero por causa de arredondamentos.

FONTE E METODOLOGIA: MARTINS. Growing in silence, apêndice B.

TABELA 8

PREÇO MÉDIO DOS ESCRAVOS LIBERTADOS PELO FUNDO IMPERIAL DE EMANCIPAÇÃO
 POR PROVÍNCIAS E POR REGIÕES DE MINAS GERAIS
 1875-1880

	Escravos Comprados	Preço Médio (Mil-Réis)	Índice Nordeste = 100
Norte ^(a)	136	493	78,0
Nordeste ^(b)	2.008	632	100,0
Sul ^(c)	278	784	124,0
São Paulo	413	954	150,9
Rio de Janeiro	775	887	140,3
Outras Províncias ^(d)	330	733	116,0
Minas Gerais	629	976	154,4
Metalúrgica	167	926	146,5
Mata	165	1.109	175,5
Sul	157	865	136,9
Outras Regiões	140	1.004	158,9

FONTE: MARTINS. *Growing in silence*, p. 222.

Notas: (a) Inclui Amazonas e Pará.

(b) Inclui Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

(c) Inclui Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(d) Inclui Espírito Santo, Corte, Goiás e Mato Grosso.

nesse período não sustentam a tese de que a escravidão só permanecia forte na região da grande lavoura, ou que esta atraía cativos de todas as outras áreas. A Mata era, de fato, o maior importador líquido, mas 5 outras regiões também tiveram saldos de importação positivos entre 1873 e 1880. Ao nível dos municípios, os dados são ainda mais incisivos: a importação de escravos não era, de modo algum, associada apenas com a lavoura cafeeira.

Nesse período, a zona cafeeira de Minas se restringia apenas à Mata. Mesmo dentro dessa região, nem todos os municípios eram cafeeiros: os municípios interiores da zona (Ponte Nova, Piranga e Santa Rita do Turvo) estavam além da fronteira do café. Os oito municípios cafeeiros da Mata constituíam a única área de Minas onde existia a grande lavoura exportadora. O Sul não tinha, nessa época, importância alguma como produtor de café: até o final da década de 60, essa região nunca exportou mais de 0,2% do total de Minas Gerais. Essa porcentagem

cresceu na década seguinte, não chegando, contudo, a atingir 3% do café exportado pela província em 1881-82 e 1882-83⁽⁶⁸⁾.

Dos 34 importadores líquidos, somente seis eram municípios cafeeiros estabelecidos e, em alguns outros ao longo da fronteira de São Paulo, essa cultura era incipiente. A maioria dos municípios importadores situava-se fora da região de grande lavoura. Municípios não-cafeeiros importaram, em termos líquidos, um número de escravos muito superior àquele importado pelos municípios cafeeiros.

(68) Apesar de freqüentemente referida na literatura como área cafeeira, as exportações da zona Sul de Minas até os anos 70 eram equivalentes à produção de uma única fazenda de tamanho médio. Nos anos 80, elas cresceram bastante, mas mesmo então correspondiam à produção de um punhado de fazendas grandes. A emergência do Sul como um grande produtor de café é fenômeno que pertence ao período republicano. Veja MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., p. 100-12.

Como já foi notado anteriormente, as *quantidades* estimadas de escravos transferidos pelos municípios são algo voláteis, porque são bastante sensíveis a variações da taxa de crescimento natural adotada. Os *sinais* dos saldos líquidos (portanto, a identificação de importadores e exportadores líquidos), entretanto, são muito estáveis. Usando os valores críticos da taxa de crescimento natural (r^*), podemos determinar, para cada município, quanto a taxa verdadeira poderia divergir da taxa adotada sem reverter o sinal do saldo líquido estimado.

A taxa de crescimento natural adotada na estimativa divide os municípios em importadores e exportadores líquidos: aqueles cujo r^* é menor do que a taxa adotada são exportadores, os demais são importadores⁽⁶⁹⁾.

Uma inspeção da tabela 7 mostra que variações relativamente grandes da taxa adotada afetariam os sinais de apenas um pequeno número de saldos migratórios municipais. Por exemplo, se as taxas verdadeiras de crescimento natural se situassem em qualquer lugar dentro de um intervalo de 50% em torno da taxa adotada (i.é, de -17 a -29 por mil), poderiam ser invertidos os sinais de, no máximo, oito municípios, enquanto os 63 restantes não seriam afetados. Da mesma forma, variações da taxa verdadeira num intervalo de 120% (-9 a -37 por mil) deixariam inalterados os sinais dos saldos de, pelo menos, 58 municípios⁽⁷⁰⁾.

Identificados com razoável segurança os importadores e os exportadores de escravos no período 1873-1880, por um lado, e os municípios cafeeiros e não-cafeeiros, por outro, analisamos a associação entre os dois conjuntos de atributos. Incluindo apenas os 63

municípios com sinais estáveis para variações de 50% em torno de -23/1.000, obtemos o coeficiente de contingência $C = 0,29$, indicando que o fato de um município produzir ou não produzir café pouco tinha a ver com seu papel (importador/exportador) no tráfico de escravos nesse período⁽⁷¹⁾.

Similarmente, a exportação de escravos não se relacionava com a mineração. A caracterização dos distritos exportadores como áreas mineradoras decadentes não tem base factual. É verdade que muitos dos exportadores líquidos, como a maioria dos lugares em Minas, haviam tido um passado minerador, mas, em quase todos os casos, esse passado já se havia dissipado há muitas décadas. Por outro lado, as estimativas mostram que muitos municípios que tiveram suas raízes na mineração colonial foram importadores líquidos durante 1873-1880.

Usando quatro definições diferentes de "município minerador" e incluindo apenas os 63 municípios com sinais estáveis para variações de 50% em torno de 23 por mil, obtemos coeficientes de contingência que vão de 0,19 a 0,26, indicando que a posição de importador ou exportador de escravos era ainda menos associada com a mineração do que com a cultura cafeeira⁽⁷²⁾.

(69) O valor crítico da taxa de crescimento natural, r^* , é a solução para r da equação $P_t = P_0 S + (T - M) \sqrt{S}$, onde $S = (1 + r)^t$, fazendo-se $T = 0$. O significado da notação usada na equação está descrito na nota 27, acima.

(70) MARTINS, Growing in silence..., *op. cit.*, p. 224-26.

(71) Não existem dados de produção cafeeira por municípios em Minas Gerais no século XIX. Na identificação dos municípios cafeeiros seguimos LAERNE, C.F. van Delden. *Brazil and Java. Report on coffee culture in America, Asia and Africa*. London, W.H. Allen, 1885. p. 118. Sobre a análise de contingência, veja SIEGEL, Sidney, *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York, McGraw-Hill, 1956. p. 196-202. Incluindo todos os Municípios obtém-se $C = 0,19$.

(72) As definições utilizadas para classificar os municípios como "mineradores" foram: 1. Municípios com escravos na mineração segundo o censo de 1873; 2. Municípios com escravos na mineração de ouro em 1881-82; 3. Municípios com quaisquer trabalhadores na mineração em 1873; e 4. Municípios que tinham lavras em opera-

A Década de 1880

Em dezembro de 1880, a Assembléia Provincial de Minas Gerais, temendo que a excessiva concentração dos escravos no Centro-Sul pudesse alienar o apoio do resto do império à instituição servil, aprovou lei impondo severas restrições à importação de cativos. Cada escravo trazido de outra província para Minas foi taxado em dois contos de réis (mais do que o preço de mercado de um jovem adulto do sexo masculino), enquanto o imposto sobre a venda de escravos e a licença para esse comércio foram aumentados⁽⁷³⁾.

Uma medida semelhante havia sido adotada pelo Rio de Janeiro poucas semanas antes, e foi imitada por São Paulo em janeiro do ano seguinte. Essa ação concertada fechou simultaneamente os três maiores mercados importadores provinciais e parece ter efetivamente congelado a distribuição regional da população servil do Brasil. Depois de 1881, "(...) virtualmente nenhum escravo entrou nos dois portos (Santos e Rio) consignado para venda."⁽⁷⁴⁾

No longo prazo, entretanto, a legislação antitráfico da "trindade negra" claramente saiu pela culatra: em vez de fortalecer o compromisso nacional com a sobrevivência do regime escravista, ela aprofundou a clivagem regional e terminou favorecendo a causa da emancipação. Os legisladores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, mesmo se estivessem certos em seu cálculo políti-

co, não se deram conta, ou subestimaram os aspectos econômicos da questão. Nas províncias exportadoras, os preços dos escravos eram, em grande medida, sustentados pela demanda da região cafeeira. O fechamento abrupto dos mercados do Centro-Sul causou uma queda drástica no valor da propriedade escrava — portanto, no interesse econômico na sobrevivência da instituição — em quase todo o resto do País. Em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, os preços dos escravos subiram depois da passagem das leis antitráfico, aumentando ainda mais a distância em relação às demais províncias⁽⁷⁵⁾.

A lei de 1880 interrompeu de fato as importações de escravos para Minas. Nenhuma receita jamais foi arrecadada pelo imposto de importação. As leis paulista e fluminense, por seu lado, interromperam a possibilidade de vazamento de escravos mineiros para essas províncias. Alguns mercados menores permaneceram abertos nas províncias de Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo e podem ter importado um pequeno número de escravos de Minas, depois de 1880. Entre junho de 1881 e junho de 1884, as saídas registradas de escravos dos municípios mineiros excederam as entradas registradas em 717 indivíduos. Há razões para acreditar que, nesse período, as entradas foram sub-registradas, mas, mesmo se os dados forem exatos, o saldo negativo é desprezível. Para qualquer propósito prático, a população escrava de Minas tornou-se "fechada" na década de 80⁽⁷⁶⁾.

... ção em 1814. Incluindo todos os municípios obtemos coeficientes de contingência variando entre 0,17 e 0,25.

(73) Lei provincial n.º 2716, de 8 de dezembro de 1880.

(74) SLENES, *The demography...*, *op. cit.*, p. 123. Outras análises bem documentadas dessa questão podem ser encontradas em CONRAD, *The destruction...*, *op. cit.*, p. 170-74; BLACKLAW, *Slavery in Brazil*. *op. cit.* p. 9; LAERNE, *Brazil and Java...*, *op. cit.*, p. 85; e TOPLIN, Robert Brent, *The abolition of slavery in Brazil*. New York, Atheneum, 1972. p. 88-91.

(75) MARTINS, *Growing in silence...*, *op. cit.*, p. 231-33.

(76) Breve notícia do estado financeiro das províncias — organizada ordem de S. Ex. o sr. Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 887. informação n.º 4, tabela 3. Os registros de mudança de domicílio estão em *Relatório Agricultura*, Ministro Henrique d'Ávila, 1883, p. 10, e *Relatório Agricultura*, Ministro João Ferreira de Moura, 1885. p. 372. Sobre o sub-registro das entradas nos municípios mineiros: MARTINS, *Growing in silene...*, *op.*

Como seria de se esperar, no período 1880-1884, houve uma intensificação do tráfico intraprovincial. A zona cafeeira e os outros importadores tinham sido privados de suas fontes externas de fornecimento, enquanto os mercados paulista e fluminense foram fechados às áreas exportadoras. A quase totalidade do tráfico legal agora tinha de ser feita dentro das fronteiras provinciais. O registro de mudança de domicílio mostra que entre 1881 e 1884, uma média anual de 12.636 escravos foi transferida entre os municípios mineiros, um número pelo menos 56% maior do que a média dos anos 1873-1881.

O padrão de tráfico revelado pelo método dos sobreviventes⁽⁷⁷⁾ não é significativamente diferente do período anterior. No período 1880-84, 38 municípios foram exportadores líquidos de escravos, enquanto 29 foram importadores⁽⁷⁸⁾. Dentre os últimos, apenas oito eram cafeeiros (6 na Mata e 2 produtores incipientes no Sul), os outros 21 estavam fora da zona do café.

Mais uma vez os sinais dos saldos migratórios dos municípios são altamente confiáveis. Flutuações da taxa verdadeira, num in-

... cit., p. 218-19. Toplin apresenta evidência de contrabando de escravos para o Oeste Paulista depois de 1891, mas não dá qualquer indicação do volume desse tráfico. TOPLIN, *The Abolition...*, op. cit., p. 91.

(77) Como a população escrava da província tornou-se fechada após 1880, não tivemos de usar uma taxa de crescimento natural estimada independentemente nas estimativas para 1880-84 e 1884-86. Computamos a taxa de crescimento interno para a província (implícita nos dados da população escrava) e fizemos a hipótese usual do método dos sobreviventes, de que essa taxa era uniforme através dos municípios.

(78) Alguns municípios criados nesse período eram compostos de distritos desmembrados de diferentes municípios. Nesses casos, tivemos de trabalhar com aglomerados de municípios, reduzindo o número de unidades de análise para 67.

tervalo de 50% em torno da taxa usada nas estimativas (-20 por mil, a taxa de crescimento interno da província no período), poderiam inverter os sinais de no máximo nove municípios. Alargando esse intervalo para -12 por mil a -28 por mil (80% em torno da taxa usada) ameaçaria os sinais de só mais três municípios.

A análise de contingência revela que, também nesse período, era fraquíssima a associação entre o fato de ser ou não produtor de café ou minerador e o papel no tráfico intraprovincial.⁽⁷⁹⁾

Após 1884, houve uma queda vertical no volume do tráfico intraprovincial. Os escravos continuaram a ser transferidos em todas as direções, através da província, mas em quantidades muito menores. Além das sombrias perspectivas políticas para o regime servil, esse foi um período de preços declinantes do café e de desaceleração na expansão do setor. Na Mata, as importações líquidas médias anuais entre 1884 e 1886 atingiram apenas 1/4 do nível dos quatro anos anteriores. Em todos os municípios da província, de junho de 1884 a junho de 1885, apenas 4.989 entradas de escravos foram registradas. A arrecadação do imposto sobre vendas de escravos caiu da média de 295 contos de réis, nos anos fiscais 1879-80/1882-83, para 160 contos em 1883-84, 118 contos em 1884-85 e 115 contos em 1885-86. A arrecadação da licença para comerciantes de escravos caiu da média de 44 contos por ano, na década de 70, para 18 contos por

(79) Incluindo na análise apenas os 8 municípios com sinais estáveis para flutuações de 50% em torno da taxa utilizada, obtemos os seguintes coeficientes de contingência: para a associação entre produção de café e tráfico $C = 0,15$ e para a associação entre mineração e tráfico $C = 0,23$ e $C = 0,24$, dependendo da definição de município minerador. Incluindo todos os municípios, os coeficientes são, respectivamente: 0,18, 0,21 e 0,14. Veja MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., p. 238-39.

TABELA 9

BRASIL: MANUMISSÃO DE ESCRAVOS, POR PROVÍNCIA
1877-81 e 1873-85

	Taxa Anual de Manumissão(*)					Porcentagem da População Escrava de 1873 Manumitida no Período 1873-85
	1877	1878	1879	1880	1881	
Amazonas	7,7	6,1	7,2	14,4	69,8	—
Pará	17,8	18,1	16,0	19,5	20,4	25,4
Alagoas	6,2	5,5	5,4	10,1	6,9	8,7
Bahia	11,8	10,1	10,5	11,5	16,9	9,2
Ceará	12,2	13,1	10,9	13,5	31,8	—
Maranhão	9,3	7,8	10,7	10,2	11,2	7,4
Paraíba	—	—	—	—	—	6,2
Pernambuco	5,4	5,0	6,5	8,7	8,4	11,4
Piauí	12,7	9,5	10,2	15,5	11,8	13,3
Rio Grande do Norte	9,9	10,7	10,3	12,7	10,1	12,4
Sergipe	9,2	5,8	5,7	7,6	6,7	8,8
Paraná	13,1	22,6	20,5	36,9	18,7	20,4
Santa Catarina	8,2	11,2	19,7	30,1	14,5	24,5
Rio Grande do Sul	10,2	10,9	13,9	15,9	18,0	47,1
Goiás	6,6	6,7	5,4	12,9	5,8	12,2
Mato Grosso	3,7	13,2	12,1	25,6	8,3	13,6
Município Neutro	20,6	19,0	26,0	33,5	33,3	32,2
Espírito Santo	5,2	5,9	7,1	8,2	7,4	9,6
Rio de Janeiro	4,5	3,9	5,1	5,5	5,8	6,9
São Paulo	3,9	3,5	3,7	4,7	5,6	9,8
Minas Gerais	3,9	3,0	3,2	5,3	5,1	5,0
BRASIL	7,0	6,3	7,1	9,1	11,1	11,8

Notas: (*) Manumissões por 1.000 escravos existentes no início do ano.
— :Significa dado não disponível.

FONTES: *Relatórios da Secção de Estatística*, 10/5/1883 e *Relatório Agricultura*, Ministro Antônio da Silva Prado, 1886 p. 34.

ano no período de 1881-84, para dois contos em 1884-85 e um conto em 1885-86⁽⁸⁰⁾.

No período 1884-86, as perdas líquidas de escravos se concentraram em relativamente poucos lugares, e 40 municípios foram importadores líquidos. Desses, 7 eram cafeeiros e 33 não-cafeeiros.

Os sinais dos saldos líquidos de pelo menos 56 municípios resistiriam a qualquer variação da taxa verdadeira, num intervalo de 50% em torno da taxa usada nas estimativas.

(80) TABELA demonstrativa da receita arrecadada nos vinte últimos exercícios, compreendida a dos depósitos. Arquivo Público Mineiro. *Balanços e Tabelas 1881-1894*.

Variações num intervalo de 80% não afetariam os sinais de pelo menos 50 municípios.

A associação entre o papel de importador ou exportador de escravos e a lavoura cafeeira ou a mineração, nesse período, é ainda maior do que nos anteriores: todos os coeficientes de contingência calculados ficaram abaixo de 0,1⁽⁸¹⁾.

Manumissão e o Apego de Minas à Escravidão

O comportamento da província com respeito às manumissões revela, por outro ângulo, o apego de Minas à escravidão. Os

(81) MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., p. 242.

dados disponíveis para as províncias brasileiras, nos anos 70 e 80, mostram que o nível de manumissão era inversamente associado à vitalidade do regime servil. As mais altas taxas de alforria correspondem às áreas em que a disponibilidade de fontes alternativas de mão-de-obra tornou os escravos menos necessários, como o Nordeste ou a capital imperial, ou àquelas em que a base econômica do sistema escravista estava se esfacelando, como no caso do Rio Grande do Sul e das províncias nordestinas atingidas pela seca dos 70. Baixos níveis de manumissão são observáveis em províncias prósperas e fortemente pró-escravidão, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

É, portanto, altamente significativo verificar que Minas Gerais apresentou, ao longo de todo o período para o qual essas taxas podem ser computadas, *as mais baixas* taxas de manumissão do Brasil⁽⁸²⁾. As manumissões não são disponíveis por municípios, mas as baixas taxas de Minas Gerais não podem ser atribuídas ao comportamento da zona cafeeira, apenas. A taxa provincial é, por definição, uma média ponderada das taxas das regiões da província. Portanto, devido à grande porcentagem da população escrava na área não-cafeeira, as baixas taxas observadas no conjunto da província implicam necessariamente um baixo nível de manumissões nessa área. Se a zona cafeeira de Minas tivesse a mesma taxa de manumissão que São Paulo (a menor entre províncias cafeeiras), a taxa da área não-cafeeira da província ainda seria a mais baixa do País⁽⁸³⁾.

(82) MERRICK, Thomas e GRAHAM, Douglas, afirmaram recentemente que "a manumissão tinha-se tornado claramente mais extensa no Nordeste (e no velho estado mineador de Minas Gerais) que no Rio de Janeiro e São Paulo" MERRICK, T. & GRAHAM, D. *Population and economic development...*, op. cit., p. 70. Os autores não apresentam evidência alguma ou referência em suporte a essa afirmação.

(83) MARTINS, *Growing in silence...*, op. cit., p. 246-47.

Conclusão

A análise apresentada acima mostra que Minas permaneceu fortemente apegada ao regime servil até o momento final deste. Sua grande população escrava não era uma herança do período minerador e nem cumpriu o papel de um reservatório de mão-de-obra para a expansão da indústria cafeeira do Centro-Sul. Muito pelo contrário, a evidência empírica mostra que Minas nesse século importou, em termos líquidos, mais escravos do que qualquer outra província brasileira. Na verdade, se as estimativas atualmente disponíveis do tráfico atlântico são corretas, Minas só foi superada por Cuba, como lugar de destino dos africanos que cruzaram o oceano no século dezoito⁽⁸⁴⁾.

A época das importações mineiras é muito significativa. O maior influxo ocorreu enquanto o tráfico africano estava aberto, isto é, um período em que a mineração estava moribunda, o setor cafeeiro ainda engatinhava e nenhum dos dois empregava mais do que uns poucos milhares de cativos. Depois da metade do século, a grande lavoura cafeeira adquiriu uma dimensão considerável, mas ainda assim não explica o padrão do tráfico em Minas.

Nossas estimativas confirmam que as áreas cafeeiras foram os principais importadores de cativos entre 1873 e 1886. A despeito disso, a grande maioria dos escravos permaneceu fora da zona de *plantation*. Longe de estarem "ansiosas para ver o seu fim" as áreas não-cafeeiras agarraram-se à escravidão, retiveram um numeroso contingente servil e muitas delas continuaram sendo importadores ativos até os últimos anos. Em marcante contraste com as partes do País em que a escravidão estava realmente sendo desmantelada, os preços dos escravos em todas as regiões de Minas permaneceram, até o fim, entre os mais altos do Bra-

(84) Cuba importou 616.200 africanos entre 1801 e 1865. CURTIN, *The Atlantic slave trade...*, op. cit., p. 40.

sil, em níveis comparáveis aos que prevaleciam nas zonas cafeeiras.

A evolução da escravidão em Minas, no século dezanove, coloca-nos diante de algumas questões novas. A existência de “um produto cujo cultivo exija combinação e organização do trabalho numa escala extensiva” e a vinculação com mercados internacionais, ou, numa palavra, a existência da *plantation* exportadora, tem sido quase sempre apontada como condição *sine qua non* para a viabilidade e a sobrevivência do sistema escravista. Por outro lado, o cultivo de cereais, a pecuária e as atividades manufatureiras, orientadas para o mercado doméstico, sempre foram consideradas incompatíveis com o trabalho servil⁽⁸⁵⁾.

O grosso da economia de Minas no século dezanove, onde a vasta maioria dos escravos estava empregada, não se compunha de *plan-*

tations nem era orientado para exportações. Isolamento de mercados externos à província, diversificação e auto-suficiência eram suas características principais. Minas tinha um dos mais baixos níveis de exportações *per capita* no País, e esse nível declinou em termos reais ao longo do século. A grande lavoura exportadora permaneceu confinada a uma pequena área e o cerne da economia provincial consistia de unidades agrícolas diversificadas internamente — produzindo para seu próprio consumo e vendendo os excedentes eventuais em mercados locais e regionais⁽⁸⁶⁾.

O fato de um sistema escravista com essas características ter sobrevivido e se expandido vigorosamente, por mais de um século, tem uma importância que transcende o escopo da história de Minas Gerais. Ele revela uma situação que tem sido rejeitada pela maioria dos historiadores da escravidão e merece ser melhor estudada.

(85) O *locus classicus* desse argumento é CAIRNES, John Elliot, *The slave power: its character, career and probable designs*. New York, Negro Universities Press, 1969. A citação acima está na página 46.

(86) Essa caracterização da economia mineira no século XIX é sustentada em MARTINS, *Growing in silence...*, *op. cit.*, capítulo 5.